

Política e Direito Administrativo

Autor(a): Gustavo Binenbojm

Publicado em: 09 de março de 2021

Publicação: jota_import

Link JurisTube: <https://juristube.com.br/colunistas/gustavo-binenbojm/politica-e-direito-administrativo>

Fonte original: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/publicistas/politica-e-direito-administrativo>

Identificador citável:

juristube.com.br/colunistas/gustavo-binenbojm/politica-e-direito-administrativo#ep-43723900

Resumo

Dicotomia entre governo e administração pública deve ser superada pela interação inevitável entre políticos e gestores

Texto integral

Thomas Mann advertia, em *A Montanha Mágica*, que nada é exterior à política. A pandemia, inevitável, pôs uma lupa sobre essa realidade. A ciência fez seu papel, de forma expedita e a contento. Entendemos a doença e produzimos imunizantes eficazes em tempo recorde. A tecnologia da informação possibilitou interações impensáveis, permitindo que o mundo e a economia girassem, mesmo em confinamento. Yuval Harari, em recente artigo, lembrou que a ciência tornou as pragas da natureza, como a Covid-19, um desafio gerenciável. Por que, então, tantas mortes e sofrimento? Por conta de decisões políticas ruins. A gestão humana da vida coletiva ainda é nosso maior problema. Numa interessante tese de doutorado defendida na FDUSP e recém-publicada (*Política e Administração Pública: como as interações políticas impactam o Direito Administrativo*, Lumen Juris, 2020), Ana Rita Nery demonstra como governo e administração pública, nascidos como irmãos siameses, acabaram cindidos pelo direito. A política tornou-se o espaço maleável das disputas eleitorais, loteamento de cargos e acordos de ocasião. A gestão da máquina foi sendo dominada pela rigidez dos conceitos do direito administrativo. Mas como tratar como estanques instâncias de poder tão interdependentes e necessariamente complementares? A autora sustenta com bons fundamentos que a interação do processo político com a atividade administrativa é inexorável. Mais que isso: que ela pode ser até profícua, desde que se dê em termos adequados. A burocracia profissional, tecnicamente qualificada e juridicamente garantida é uma conquista civilizatória. A autonomia reforçada de certas entidades – como universidades, agências reguladoras, Banco Central – procura corrigir falhas da política, evitando interferências indevidas e incentivos indesejáveis. Isso não significa a ausência de interação. Eduardo Jordão ensina que a política é uma das dimensões do direito administrativo, ao lado da defesa de direitos e do gerenciamento do Estado (*The three dimensions of Administrative Law*, *Revista de Direito Administrativo e Constitucional*, v. 19, n.75, 2019). Negligenciar qualquer delas ou ignorar suas interações é um reducionismo que não enxerga a democracia como instância de vitalização do próprio direito. Quando o diretor-presidente da Anvisa pede ao presidente da República que este vete dispositivo de projeto de lei impondo o exíguo prazo de cinco dias para a agência aprovar o uso emergencial de vacinas, estamos diante de uma legítima interação da autoridade sanitária com o Chefe do Executivo, em defesa da vigilância sanitária eficaz. De outro lado, também parece legítimo que os governantes eleitos tomem decisões

políticas cruciais que possam reprogramar normativamente a atuação da agência, a partir de novas circunstâncias e prioridades. Essa interação é inevitável. Cabe ao direito administrativo torná-la adequada. Continuarmos fingindo que são esferas distintas e incomunicáveis só nos levará a seguir sendo irracionais na política e ineficientes na administração. O episódio 50 do podcast Sem Precedentes faz uma análise da decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal nesta semana e que pode acelerar a aplicação de vacinas contra a Covid-19. Ouça: <https://youtu.be/b9z7dDRHnrg>

Como citar este documento

As citações abaixo seguem os padrões ABNT NBR 6023:2018, APA 7ª edição, Chicago Author-Date (17ª ed.) e BibTeX (LaTeX). Copie o formato exigido pelo periódico ou gerenciador bibliográfico (Zotero, Mendeley, EndNote).

ABNT (NBR 6023:2018)

BINENBOJM, Gustavo. Política e Direito Administrativo. jota_import, 9 mar. 2021. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/publicistas/politica-e-direito-administrativo>. Acesso via: JurisTube — Acervo Digital de Direito. Disponível em: <https://juristube.com.br/colunistas/gustavo-binenbojm/politica-e-direito-administrativo>. Acesso em: 27 ago. 2026.

APA 7ª edição

Binenbojm, G. (2021, March 9). Política e Direito Administrativo. *jota_import*. <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/publicistas/politica-e-direito-administrativo>

Chicago Author-Date (17ª ed.)

BINENBOJM, Gustavo. 2021. "Política e Direito Administrativo." *jota_import*, March 09. <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/publicistas/politica-e-direito-administrativo>

BibTeX

```
@article{gustavo-binenbojm-pol-tica-e-direito-administrativo-2021,
author = {Binenbojm, Gustavo},
title = {Política e Direito Administrativo},
journal = {jota_import},
year = {2021},
url = {https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/publicistas/politica-e-direito-administrativo},
urldate = {2021-03-09}
}
```



Licença de Uso — CC BY-NC-SA 4.0

Este conteúdo está licenciado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0). O uso para fins acadêmicos e educacionais é permitido, desde que citada a fonte original (JurisTube) conforme as normas técnicas indicadas neste documento.

Termos completos:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.pt-br>